

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.522 - MG (2018/0333794-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : THAYNNAN MAX BENTO ARCANJO (PRESO)
RECORRENTE : THIAGO FAGUNDES DA SILVA FERREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
PROCESSUAL PENAL. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE
AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO
CAUTELAR. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO, COM
TRÂNSITO EM JULGADO. PERDA DO INTERESSE JURÍDICO.
RECURSO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário constitucional em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por THAYNNAN MAX BENTO ARCANJO e THIAGO FAGUNDES DA SILVA FERREIRA contra acórdão denegatório proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nos autos do HC n.º 1.0000.18.100451-6/000.

Consta dos autos que os Pacientes foram presos em flagrante, no dia **29/08/2018**, como incurso no art. 157, § 2.º, II, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

O Juízo de primeiro grau converteu o flagrante em prisão preventiva (fl. 40).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal *a quo*, que denegou a ordem, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 182):

"EMENTA: HABEAS CORPUS - TENTATIVA DE ROUBO - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - ALEGAÇÃO DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO - MERA CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE - INTELIGÊNCIA DO ART. 310, II, DO CPP - DECISÃO FUNDAMENTADA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DOS ART. 312 E SEGUINTE DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - DENEGADO O HABEAS CORPUS.

- Nos termos do art. 310 do Código de Processo Penal, o juiz pode converter a prisão em flagrante em prisão preventiva sem a

Superior Tribunal de Justiça

necessidade de representação da autoridade policial e antes da oitiva do Ministério Público.

- Demonstrada a existência de indícios de autoria e materialidade delitiva, a prisão preventiva deve ser decretada, nos termos dos art. 312 e ss. do CPP, se houver necessidade cautelar.

- Estando evidenciada, por meio de elementos do caso concreto, a periculosidade do agente, imperiosa a manutenção de sua prisão processual para a garantia da ordem pública e conseqüente acautelamento do meio social."

No presente *writ*, os Recorrentes sustentam a) a ilegalidade do decreto de prisão preventiva, uma vez que expedido pelo Magistrado singular sem requerimento do Ministério Público ou requisição da Autoridade Policial; e b) a carência de fundamentação concreta e idônea para a segregação cautelar dos Recorrentes.

Afirmam, ainda, que "*o artigo 311 do CPP, autoriza, sim, o decreto de ofício, mas, o condiciona à fase processual e à existência da ação penal. Visto por outro lado, a lei veda o decreto de ofício, na fase policial*" (fl. 209).

Pleiteiam, inclusive liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 227-234.

Foram prestadas informações às fls. 276-317.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 260-267, pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Consoante informações prestadas pela 1.^a Vara Criminal da Comarca de Contagem/MG, houve a superveniência de condenação dos Recorrentes, com trânsito em julgado em 25/02/2019 (fl. 314).

Desse modo, tratando-se, agora, de execução definitiva da pena, fica manifesta a perda do interesse processual no presente *writ*, que objetivava demonstrar a existência de constrangimento ilegal nas prisões cautelares dos Recorrentes.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. USO DE ALGEMAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO CONCRETO. PRECLUSÃO. MATERIALIDADE DO DELITO. VALIDADE DA PROVA. DOSIMETRIA. REGIME INICIAL.

SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR RESTRITIVA DE DIREITOS. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PERDA DO OBJETO. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA A ORDEM.

[...]

8. *Com a superveniência do trânsito em julgado da condenação, fica prejudicada a análise da almejada concessão do direito de recorrer em liberdade, por tratar-se, agora, de prisão-pena, e não mais de prisão processual.*

9. *Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem.*" (HC 297.449/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora